

Relatório e Contas

2004

Corpos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Manuel de Oliveira Marques - Presidente
José Jorge Abreu Fernandes Soares – Vice-Presidente
Manuel da Silva Reis – 1º Secretário
António Carneiro Ribeiro – 2º Secretário

Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata – Vogal
Kunio Komada – Vogal
Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal
Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal
Ana Maria Martins Caetano – Vogal

Hiroshi Kono – Suplente

Fiscal Único

Jorge Manuel Araújo de Beja Neves em representação de
Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA.

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro - Suplente

Contas Individuais

INDICADORES FINANCEIROS
NÃO CONSOLIDADOS

(Euros)

	2004	2003	2002
VENDAS	332.487.677	363.875.709	395.914.429
CASH-FLOW BRUTO	17.034.630	16.437.835	16.661.321
RESULTADO LIQUIDO	5.743.556	5.690.447	6.275.242
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	4.075.054	4.417.573	5.131.245
CUSTOS COM O PESSOAL	22.187.283	26.677.812	29.333.493
INVESTIMENTO LIQUIDO	6.957.169	13.919.974	17.118.359
FUNDO DE MANEIO BRUTO	32.278.961	34.895.343	52.583.502
VAB	48.255.703	49.021.519	51.255.557
UNIDADES VENDIDAS	18.364	18.015	20.878
VOLUME DE EMPREGO	900	946	1.281

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Não obstante os gravíssimos problemas que continuam a assolar a economia do nosso País, o Ano de 2004 acabou por nos dar a esperança em melhores dias, ao ultrapassar a recessão que tão fortemente nos afectou no Ano de 2003.

Num quadro conjuntural mais favorável, em que os Estados Unidos da América e Europa apresentaram apreciáveis taxas de crescimento nas suas economias, o Ano de 2005 sugere boas perspectivas de evolução, e Portugal precisa, em absoluto, de beneficiar e participar nesse crescimento.

Por isso, volta agora a debate, ainda com mais intensidade, o velho tema da competitividade da economia portuguesa, tema esse já tão estudado e discutido, mas infelizmente, sem grandes resultados visíveis.

O investimento estrangeiro tem, ultimamente, regredido de forma contundente em Portugal e tenho a convicção que a principal (senão a única) causa deverá ser mesmo a má competitividade da economia nacional.

Na verdade, Portugal não tem sido suficientemente competente para manter o investimento estrangeiro, tendo adormecido à sombra de subsídios comunitários e pouco fazendo para, estruturalmente, se adaptar às crescentes exigências dos mercados, nomeadamente dotando de mais eficácia as leis laborais.

O mercado automóvel, que cresceu timidamente em cerca de 4% em 2004, depois de ter caído mais de 50% nos anos anteriores, necessita com urgência, em ver alterada a tributação do Imposto Automóvel, alteração essa que em muito deverá contribuir para o relançamento de um sector de actividade relevante, não só pelo que respeita ao emprego que absorve como também às receitas fiscais que gera.

Pelo nosso lado tudo faremos para nos ajustarmos da melhor forma possível às grandes transformações operacionais resultantes das directivas europeias para o sector automóvel. E não desistiremos de procurar alcançar sempre os melhores níveis de produtividade nas nossas empresas, como forma privilegiada de criação de valor.

Que o anseio pelo retorno à linha de convergência real com os padrões europeus nos dê a força, o engenho e a arte para sabermos criar as condições e transformar o sonho em realidade.

Salvador Fernandes Caetano
Presidente

Relatório do Conselho de Administração

ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Divisão Fabril de Ovar

Durante este ano verificou-se na actividade Toyota um aumento de produção relativamente ao ano de 2003, devendo-se esse facto a um aumento assinalável das Dynas exportação (158 unidades em 2003, contra as 1146 unidades de 2004).

Estes valores realçam a importância que a exportação do produto tem vindo a assumir na actividade da Divisão de Ovar passando de um produto claramente minoritário para um produto com extrema importância para a Divisão.

Produção	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Unidades Físicas Toyota	3.050	2.395	3.635	4.068	4.533	5.943	6.430
Nº Unidades Homogeneizadas	7.582	6.298	9.666	10.208	9.991	10.423	12.942
Unidades Físicas Optimo	134	133	197	213	171	166	196
Unidades Transformadas	5.628	3.568	3.537	2.623	3.405	5.039	6.122
Unid.Recondicionadas/Buy-Back	0	839	985	459	-	-	-
Total Colaboradores	325	336	379	389	390	418	426

Para a Divisão de Ovar é fundamental produzir ao menor custo, não descurando obviamente os factores ambientais, de qualidade, de higiene e segurança, tendo por base uma política de melhoria contínua (Kaizen).

Nesse sentido a Divisão de Ovar implementou medidas de redução dos custos, medidas tendo em vista a defesa do meio ambiente, entre as quais salientamos: certificação do Sistema de Gestão Ambiental segundo a NP EN ISSO 14001:1999, a adesão ao Programa Europeu Greenlight, no âmbito da racionalização dos consumos de energia, adopção das medidas para o cumprimento da legislação relativa aos veículos em fim de vida e início do processo de licenciamento ambiental. Também a segurança e higiene no trabalho dos colaboradores, foi uma área que merece especial atenção através da realização de acções como, a implementação do Plano de Emergência Interno e realização de um exercício de simulacro, o recrutamento de novos aspirantes a bombeiro para integrarem o quadro do Corpo de Bombeiros Privativos e o melhoramento das Infra estruturas de combate a incêndio. De salientar também uma diminuição de 3268 horas perdidas com acidentes de trabalho comparativamente a 2003 .

Divisão Industrial Carregado

A actividade industrial do Carregado, em 2004, foi caracterizada pela adopção de um conjunto de medidas ao nível da gestão, centradas na melhoria nos processos de pintura , na introdução de novas tecnologias mais limpas e rentáveis e na contenção de custos do processo de fabrico.

Este conjunto de medidas conduziu a um significativo crescimento do resultado operacional ,que passou de 4,7% em 2003 para 10,9% em 2004 , atingindo o montante de 1,2 milhões de Euros, sendo de registar a redução de custos de (-15,7%) conseguida no período.

Foram concretizados todos os investimentos na área ambiental tendo sido obtida a respectiva certificação do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 no passado mês de Junho. Em simultâneo, decorreu o processo de Licenciamento Ambiental, tendo sido concedida a respectiva licença no passado mês de Setembro. Decorrem, entretanto, os tramites finais do Licenciamento Industrial.

- **Pinturas Auto**

Esta actividade vem evidenciando um crescimento sustentado ao longo dos anos, fruto da multiplicidade de projectos que tem conseguido conquistar.

Apesar do terminus do primeiro grande projecto, iniciado há vários anos, um conjunto de outros, de menor dimensão, foram iniciados, sendo, assim, possível manter e até aumentar o nível de ocupação das 3 linhas de pintura nos próximos anos.

De registar algumas inovações, por nós desenvolvidas e introduzidas nas duas linhas de pintura a pó que permitiram reduzir significativamente os desperdícios de pó e aumentar o nosso first run para valores da ordem dos 98%.

Ao longo do ano foram iniciados contactos com novos parceiros comerciais, tendo sido já iniciada alguma produção de pintura para aprovação junto destas entidades e, complementarmente, junto dos mais importantes fabricantes de automóveis Europeus com que se relacionam.

Também no seguimento da estratégia de diversificação desta actividade, foram feitos investimentos em robots na área da lixagem e vibração, para peças de alumínio fundido. Estas novas tecnologias irão permitir que o pólo industrial do Carregado se coloque, cada vez mais, na vanguarda tecnológica da pintura de fundidos em alumínio, criando-se, assim, condições únicas ao nível europeu nesta área.

• **Pinturas Industriais**

O sector da construção nacional registou uma quebra de cerca de 20%, nos últimos 3 anos, o que se tem vindo a reflectir directamente na actividade da nossa área recentemente reestruturada, a DPAB – Divisão de Protecção de Aço e Betão.

A estratégia delineada no ano transacto na DPAB, no sentido de diversificar a actividade de pinturas industriais por força da grave crise nacional e internacional que se vem verificando ao nível do Aço, começou já a ter alguns resultados na área de Protecção de Betão, tendo-se conseguido este ano executar algumas obras de grande relevo, nomeadamente em dois dos maiores viadutos da auto-estrada A1.

No que se refere à actividade de Pavimentos Industriais e Decorativos terminamos o grande projecto do Estádio do Sport Lisboa e Benfica, verificando-se agora uma maior penetração no mercado, com um crescimento do número de Clientes e portanto, menor dependência de grandes projectos pontuais.

ACTIVIDADE COMERCIAL

VIATURAS TOYOTA

Em 2004, o mercado automóvel começou a evidenciar alguns sinais de recuperação, acompanhando assim uma evolução positiva, ainda que ténue, da conjuntura económica, e aparentando, finalmente, a inversão do ciclo descendente em que o sector se encontrava mergulhado desde 2001.

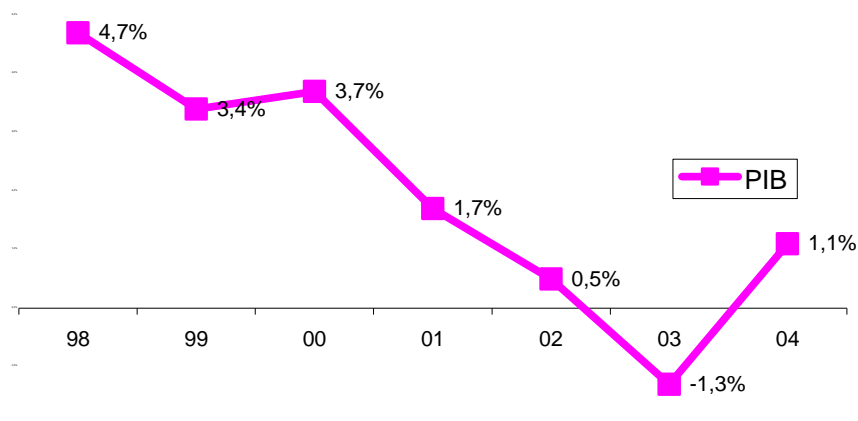
Não obstante isso, e na opinião de muitos especialistas, o Mercado Automóvel ainda se encontra bastante aquém do seu potencial, e longe dos níveis de motorização médio dos países europeus.

As condicionantes que mais têm afectado a evolução do Mercado Automóvel têm sido:

- Conjuntura Económica;
- Imposto Automóvel;
- Concorrência.

Conjuntura Económica

No ano transacto, deu-se finalmente a inversão da tendência negativa da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), apresentando este uma variação positiva de 1,1%, contrariando o ciclo descendente que se vinha a verificar nos últimos anos:



Este crescimento do PIB assentou essencialmente no crescimento da procura global, fortemente influenciado pelas Importações, ao qual não estará alheio o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais.

Não obstante isso, o consumo privado evidenciou um crescimento superior a 2% e o Investimento mostrou já uma evolução positiva, após os períodos de forte queda que o caracterizaram nos últimos dois anos.

A recuperação da actividade económica terá sido sem dúvida um factor positivo, conferindo assim um novo fôlego, ainda que fraco, para o Mercado Automóvel.

No entanto, e se procedermos a uma análise mais cuidada da evolução da economia nos últimos meses, constatamos que os indicadores de clima e actividade económica começaram a piorar a partir de Junho de 2004.

Para tal terão contribuído certamente as alterações políticas que entretanto se verificaram no país e que culminaram com a dissolução da Assembleia da República no final do ano.

Receia-se que, com isto, e se não forem tomadas rapidamente, pelo novo Governo a tomar posse em Fevereiro, as necessárias medidas de política económica que promova reformas estruturais e incentive o investimento, a economia volte a cair num clima de apatia, adiando assim a tão necessária retoma.

Tal, a acontecer, seria extremamente nocivo para a economia em geral, e para o sector automóvel em particular.

Imposto Automóvel

Em 2004 o Imposto Automóvel (IA) não sofreu qualquer alteração de vulto face aos últimos anos, continuando assim a constituir um elemento fortemente penalizador das vendas e inibidor do crescimento do sector, impedindo o seu normal desenvolvimento e adiando a sua convergência para níveis próximos dos nossos parceiros europeus.

Como prova esmagadora disso, temos a diferença entre a cilindrada média das viaturas ligeiras de passageiros que em Portugal era, em 2003, de 1501 cc, face à média europeia de 1737 cc.

Continua, pois, o sector automóvel a aguardar com expectativa que um dia o nosso Governo tenha a necessária vontade política para reformar o IA, incentivando assim o crescimento e a renovação mais rápida do parque automóvel, com os consequentes benefícios igualmente a nível da segurança rodoviária.

Concorrência

Fruto da forte quebra do mercado automóvel nos últimos anos, a generalidade da concorrência tem-se apresentado bastante agressiva, investindo continuamente em Campanhas Publicitárias e Promocionais, tentando com isso estimular o consumo e contrariar a quebra da procura que se verificou.

Simultaneamente, o contínuo movimento de renovação do ciclo de vida dos modelos e a entrada das várias marcas em cada vez mais segmentos de mercado, confere ao mercado um rodopio constante de lançamento de novos modelos ou versões, o que tem imprimido bastante dinamismo à oferta.

Conclui-se pois que o crescimento que, ainda que ténue, resulta mais do movimento de estímulo da oferta do que propriamente dum crescimento natural e salutar da procura.

A dieselização do mercado de ligeiros de passageiros continua também a progredir a taxas elevadas, respectivamente 31% em 2004, atingindo a motorização diesel, no acumulado do ano, 57% do total das vendas.

Por outro lado, o investimento dos fabricantes no desenvolvimento de carroçarias alternativas às tradicionais “hatchback” e “sedan”, e apostando assim numa diversificação da oferta, provocou um crescimento do peso das carroçarias alternativas, em detrimento das tradicionais, do qual destacamos a carroçaria do tipo monovolume que apresentou uma variação positiva de quase 40%.

AUTOMÓVEIS

Mercado Total Versus Toyota

MATRÍCULAS MERCADO TOTAL

Rubricas	Janeiro a Dezembro				
	Unidades		% Var.	% no Mercado	
	2004	2003		2004	2003
Toyota	14.080	15.053	-6,5	5,1	5,7
Total	274.099	263.154	4,2	100	100

Fonte: ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal

O Mercado Automóvel cresceu 4,2% em 2004, tendo a Toyota decrescido 6,5%.

Como principais razões de quebra da Toyota, podemos apontar:

- Política de Redução de Vendas a Rent-a-Car (menos 645 viaturas vendidas face ao ano de 2003);
- Disponibilização da motorização 1.4D-4D no “best seller” Corolla apenas nos últimos meses do ano, não possibilitando a recuperação das vendas deste modelo entretanto perdidas.

Não obstante isto, e como resultado do lançamento da motorização 1.4D-4D no Corolla, o último trimestre do ano representou já uma franca recuperação para a marca, que viu a sua quota de mercado aumentar para os 5,7%, i.e., o nível atingido em 2003.

Mercado Veículos Passageiros (VPs) Versus VPs Toyota

MATRÍCULAS DE VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS

Rubricas	Janeiro a Dezembro				
	Unidades		%	% no Mercado	
	2004	2003		2004	2003
Toyota	9.080	9.837	-7,7	4,6	5,2
Total	197.521	189.792	4,1	100	100

Fonte: ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal

Em relação à evolução dos Ligeiros de Passageiros (LP), a evolução do mercado apresentou um comportamento positivo tendo crescido cerca de 4%.

Destaca-se o crescimento do segmento C, fruto da renovação de alguns modelos dos “major players” neste segmento, bem como a uma maior oferta de motorizações diesel de baixa cilindrada.

A Toyota apresentou um decréscimo de 7,7%, tendo sido a maior quebra registada no Yaris, resultante do impacto da redução de vendas a RAC e também do facto do modelo se encontrar perto do fim do seu ciclo de vida.

Destaca-se o bom desempenho do modelo Avensis, que graças ao envolvimento e empenho das equipas comerciais, conseguiu atingir uma quota de mercado de 10%, apresentando um crescimento de 25% no global do ano.

VEÍCULOS COMERCIAIS

Mercado Veículos Comerciais (VCs) Versus VCs Toyota

MATRÍCULAS DE VEÍCULOS COMERCIAIS LIGEIOS

Rubricas	Janeiro a Dezembro				
	Unidades		%	% no Mercado	
	2004	2003		2004	2003
Toyota	4.732	4.953	-4,5	6,6	7,2
Total	71.258	69.068	3,2	100	100

Fonte: ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal

Em relação aos Veículos Comerciais Ligeiros, as vendas globais também apresentaram uma evolução positiva, tendo a Toyota quebrado 4,5%.

Como consequência, a quota de mercado baixou 0,6 pontos percentuais.

Como principais razões desta quebra, destacam-se:

- Desvantagem do nosso modelo Hilux 4x4 face à oferta de modelos da concorrência homologados com 3.500kgs de peso bruto, o que lhes permite não pagar IA;
- Idade avançada do modelo Hiace e redução progressiva das vendas das versões de passageiros devido às alterações do IA introduzidas em 2003 e das novas propostas da concorrência;
- Ausência de um modelo do tipo Combo (pequeno furgão), que tem vindo a aumentar a sua representatividade no mercado, nomeadamente por transferência de vendas do segmento dos furgões de média dimensão;

O modelo chassis cabine, Dyna, produzido na nossa unidade fabril de Ovar, continuou a demonstrar um comportamento favorável, tendo, no global, praticamente mantido a sua quota face ao ano anterior.

Não obstante as condições adversas resultantes do envelhecimento de dois dos seus modelos comerciais mais importantes (Hilux e Hiace), a Toyota continua a apresentar uma quota de mercado nos Veículos Comerciais superior aos Veículos de Passageiros, fruto da forte reputação e da extensa base de dados de clientes que a marca possui naquele segmento, bem como da capacidade comercial da marca e dos seus concessionários.

Resumindo, podemos dizer que:

- O Mercado recuperou, praticamente à mesma taxa, em todos os principais segmentos, resultante mais do movimento do lado da oferta do que propriamente da procura;
- A Marca que representamos, fruto das condições adversas que foram atrás mencionadas, não conseguiu acompanhar o crescimento do mercado, devendo-se tal basicamente à opção estratégica tomada pela mesma com a adopção duma política de redução de vendas a Rent-a-Car, apostando mais no desenvolvimento sustentado das vendas a retalho;

No entanto, confiamos que a disponibilização do motor diesel de baixa cilindrada no Corolla durante todo o ano e o lançamento dos novos modelos Aygo, Yaris e Hilux nos irá conferir novos e poderosos argumentos de venda que, aliados ao contínuo empenho e esforço de toda a nossa equipa comercial, nos permite auspiciar um ano de 2005 francamente positivo para a marca, representando este um marco para o relançamento das vendas e para a reconquista de quota de mercado.

VIATURAS LEXUS

A actividade Lexus ressentiu-se em 2004 pelo seu modelo de maior venda se encontrar em fim de ciclo e pelas informações avançadas de introdução do Futuro RX400h, o que afectou a venda do actual RX300.

Ainda assim foi possível manter as vendas ao nível do ano anterior, com penetrações interessantes nos sub segmentos de luxo a gasolina.

Modelos	2004	Penetração	2003	Penetração	Varição
IS200	27	4,50%	21	1,90%	22,20%
IS300	0	0,00%	1	0,00%	-100,00%
GS300	3	10,00%	4	16,00%	-33,30%
RX300	10	9,60%	10	40,00%	0,00%
LS430	0	0,00%	1	3,00%	-100,00%
SC430	1	0,70%	2	1,00%	-50,00%
TOTAL	41		39		4,90%

Fonte: ACAP (Inclui 2 Unidades RX300 reexportadas)

Em 2005 iremos preparar a nossa organização para a introdução, em Fevereiro de 2006 do IS220d que finalmente nos dará a possibilidade de ter visibilidade no mercado, pois trata-se do primeiro modelo Diesel da Lexus. Para isso contamos em 2005 com os lançamentos dos novos GS300/430, RX400h e do IS250.

MÁQUINAS INDUSTRIAIS

Equipamentos de Movimentação de Cargas Toyota

	MERCADO			EQUIPAMENTO TOYOTA				
	2004	2003	Dif.	04		03		Dif.
			%	Qt.	%	Qt.	%	
Empilhadores Contrabalançados	1.376	1.289	6,7	346	25,1	310	24	11,6
Equipamento de Armazém	1.269	824	54,0	124	9,8	103	12,5	20,4
Total	2.645	2.113	25,2	470	17,8	413	19,5	13,8

Fonte: ACAP

Apesar da conjuntura económica ter mostrado alguma inconstância durante o ano de 2004, o mercado de equipamentos de movimentação de cargas apresentou sinais de retoma com crescimento de 6,7% nos empilhadores contrabalançados e 54,0% no equipamento de armazém, muito embora as vendas deste equipamento estejam a ser inflacionadas pelas vendas de uma marca que não as reportava à ACAP em 2003.

As vendas Toyota acompanharam esta tendência do mercado, tendo atingido 470 unidades, que passa a constituir novo recorde de vendas.

EXPORTAÇÕES

A produção Óptimo manteve-se igual à do ano anterior (apenas mais uma unidade), dando-se prioridade ao escoamento de stock criado nos anos transactos.

Das 178 unidades vendidas destaque para 122 destinadas a mercados externos, em que assume particular importância o mercado Alemão e Britânico que juntos representam mais de 60% das exportações. De destacar ainda que estes mercados cresceram mais de 100% em relação às vendas de 2003. O mercado Espanhol e Italiano mantiveram praticamente os resultados do ano anterior alcançando respectivamente as 19 e 28 unidades em 2004.

O mercado Português registou uma queda de 10% em relação a 2003, passando das 62 unidades para as 56 unidades. Alguns indicadores económicos, levam a concluir que em 2005, teremos um volume de vendas para o mercado doméstico superior a 2004.

Evolução Vendas	2004	2003	Variação	
			Qt.	%
Óptimo (exportação)	122	79	43	54
Óptimo (merc. Doméstico)	56	62	-6	-10
Total Óptimo	178	141	37	26
Total Dyna (exportação)	1.146	158	988	625

PEÇAS

Vendas Globais

As vendas globais efectuadas durante o ano de 2004 cresceram 7,0% relativamente a 2003. O volume de facturação cifrou-se em 37 milhões Euros contra 34,5 milhões Euros no ano anterior.

No que diz respeito ao orçamento de gestão previsto, este foi ultrapassado em 8,0%.

Distribuição das vendas totais por marca:

- 79,9% - Marca “A” - Peças Genuínas Toyota
- 3,2% - Marca “F” - Peças de Incorporação Nacional
- 15,3% - Marca “V” - Acessórios
- 1,4% - Marca “W” - Merchandising

Em 2004 verificam-se algumas alterações a nível de distribuição das vendas por marcas.

A marca “A” – Peças Toyota, viu diminuir o seu peso, representando 79,9% do total das vendas, que em 2003 era de 85,8%.

Pelo contrário, a venda de Acessórios aumentou consideravelmente a sua fatia representando em 2004 15,3% (16,8% se lhe adicionarmos os produtos de merchandising). Recordamos que em 2003, e em conjunto com os produtos de merchandising, o seu valor era de 11,6%.

Também o material nacional passou de uma quota de 2,5% em 2003 para 3,2% em 2004.

Vendas “Marca A” (Peças Toyota)

A venda de peças Toyota (marca “A”), no ano de 2004 decresceu 0,3% relativamente ao ano anterior. O valor facturado desta marca foi de 30 milhões de Euros. O cumprimento do orçamento de gestão situou-se em 99,9%. O principal cliente desta marca é a rede de Concessionários/RTAs que representa 94,5% das suas vendas.

Vendas “Marca F” (Incorporação Nacional)

A venda de peças de incorporação nacional cresceu 39,6% relativamente ao ano de 2003. Neste seguimento, também o desvio ao orçamento previsto foi positivo, sendo ultrapassado em 43,7%.

Destacou-se nesta marca a venda dos pneus, representando 21,8% do total (13,5% m 2003).

Um outro motivo para o alargamento da importância da Incorporação Nacional, foi a formação de uma nova família de produtos, as Publicações Técnicas. Este material foi responsável, em 2004, por 24,6% do total das vendas.

Vendas “Marca V” (Acessórios)

A venda de material das marcas “V” (Acessórios) e “W” (Merchandising) ultrapassou em 54,2% o valor de vendas de 2003. A facturação de Acessórios ascendeu a 5,7 milhões de Euros e a de Merchandising a 0,5 milhões de Euros.

A performance positiva obtida pelos Acessórios deve-se às vendas PIO (montagem de Acessórios no Importador) que em 2004 representaram 30,9% do total da marca “V” (contra 23,0% em 2003). Deste material destacam-se os Power Sets, em comercialização desde finais de 2003.

No que diz respeito aos orçamentos previstos, pela primeira vez discriminados nestas duas marcas, verificou-se um desempenho de 174,3% no caso da marca “V” e de apenas 96,7% na “W”.

Conclusões

O ano de 2004 apresenta resultados globais positivos, no que diz respeito às vendas e ao cumprimento dos orçamentos previstos.

Neste panorama, apenas o realce pela negativa para o “ligeiro” decréscimo na venda de peças Toyota (marca “A”).

O actual regulamento do sector automóvel, com a concorrência agressiva do mercado paralelo disponibilizando uma grande variedade e melhor qualidade de produtos são factores que terão contribuído para esta performance menos positiva, bem como o aumento dos intervalos de manutenção.

Adicionalmente, as perspectivas para a actividade Após Venda Toyota para os próximos anos não são animadoras, provada a tendência de decréscimo do parque automóvel Toyota em Portugal e da diminuição da percentagem de viaturas comerciais (70% das viaturas actualmente vendidas são de passageiros), que contribuirão para uma menor incorporação de peças.

Por outro lado, preocupa-nos igualmente a situação das peças de manutenção alargada e de colisão, onde se verificam tendências de quebra nas vendas.

Assim sendo, a Divisão de Após Venda pôs em marcha diversos projectos a fim de combater estas dificuldades.

Para as peças de colisão, grupo onde se tem sentido de forma notória os efeitos da concorrência, teve início em Novembro 2004 e com duração até Fevereiro 2005, uma campanha com a finalidade de aumentar a preferência e fidelidade pela marca e consequentemente o aumento das vendas.

Paralelamente, foi lançado em Agosto de 2004 um programa global de dinamização do Após Venda, denominado de “Challenge Após Venda 2004/2005”. Com ele pretendemos promover e premiar o incremento de venda de peças ao balcão e oficina, “animar” e melhorar a performance dos Assessores de Serviço, Técnicos, Responsáveis de Peças e de Após Venda e assim aumentar os índices de ocupação oficial, produtividade e de satisfação e retenção do cliente.

Teve início também no último trimestre de 2004 uma série de medidas destinadas à divulgação e adopção pelas nossas Concessões / RTAs do Serviço “Smart Repair” ou seja de Reparação Rápida de Pequenas Áreas. Acreditamos que estes serviços assumirão a curto prazo um papel também decisivo na retenção e fidelização dos clientes à rede de Concessionários e RTAs Toyota.

Outros projectos já lançados no passado como o Programa de Vendas Itinerantes, Campanhas Nacionais de Retenção de Clientes e de Promoção de Peças Genuínas, Extracare, Contratos de Manutenção, Menus de Preços etc. continuarão a ser desenvolvidos e dinamizados.

RECURSOS HUMANOS

O ano de 2004 manteve a tendência dos anos anteriores no que respeita ao condicionamento da actividade económica do país, nas suas diversas componentes.

Esta situação condicionou as políticas e actuações da gestão dos Recursos Humanos na empresa.

A actividade desta área, traduziu-se, entre o mais, no apoio à reorganização de empresas que passou nomeadamente pela fusão e criação de novas organizações.

Mantivemos uma participação activa nas reuniões com as Associações Patronais representativas do nosso sector de actividade.

No decurso do ano de 2004, mereceu-nos especial atenção a entrada em vigor do Regulamento do Código do Trabalho com as implicações daí decorrentes na gestão.

Ultimámos, neste contexto, a preparação de acções de formação a desenvolver junto dos responsáveis da empresa, que vamos levar a efeito no início de 2005.

No âmbito da reorganização e optimização das Empresas, que um contexto de gestão moderna aconselha, desenvolvemos processos de reconversão de trabalhadores, com forte envolvimento de acções de formação, recrutamos novos colaboradores com grande preocupação de um cada vez maior nível de qualificações e procedemos à celebração de Mútuos Acordos com vista à cessação de contratos de trabalho.

No âmbito do Recrutamento de novos colaboradores e da sua efectiva integração, continuamos com as preocupações de estabelecer protocolos com um alargado leque de Instituições de Ensino, de gerir as candidaturas espontâneas que nos são dirigidas e de captar os melhores profissionais.

Realizamos 107 processos de Recrutamento / Avaliação de Potencial e disponibilizamos 30 estágios profissionais e curriculares.

Saliente-se a preocupação em potenciar a reconversão de colaboradores numa lógica de eficácia Organizacional, permitindo simultaneamente uma efectiva gestão de carreiras e de expectativas dos colaboradores.

Desenvolvemos Estudos e Diagnósticos Organizacionais, envolvendo construção/adaptação de ferramentas e instrumentos de análise, recolha e sistematização de dados e informação, com o objectivo de disponibilizar indicadores e apports para decisões no âmbito da Gestão dos Recursos Humanos.

A formação profissional dos colaboradores, assumiu uma aposta significativa no desenvolvimento de competências dos colaboradores da Empresa.

Assim, em 2004, para além do reforço da formação de jovens do Sistema de Aprendizagem em Alternância, elaborámos e realizámos os Planos de Formação de Salvador Caetano IMVT e Caetanobus. O quadro seguinte traduz esta actividade formativa, bem como a sua evolução nos três últimos anos:

Tipo de Acções	2004			2003			2002		
	Acções	Part	Volume Formação	Acções	Part	Volume Formação	Acções	Part	Volume Formação
Aprendizagem em Alternância	22	276	459.478	19	300	336.571	25	347	336.248
Inserção Profissional de Jovens	0	0	0	5	64	45.666	8	108	90.138
Formação Profissional de Activos	35	1.290	7.672	33	418	16.018	41	860	41.813
Formação Profissional de Externos	176	2.320	37.438	311	4.264	199.531	187	3.167	7.233
Totais	233	3.886	504.588	368	5.046	597.786	261	4.482	475.432

Seguindo os objectivos delineados de aposta na qualificação dos colaboradores, 11 participantes terminaram o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – RVCC, com a obtenção da equivalência ao 9º ano de escolaridade.

A Área de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho, mereceu no presente ano atenção redobrada:

Criámos uma Estrutura, responsável pela definição de políticas e coordenação de acções concertadas, em todos os Estabelecimentos da Empresa com a coordenação de um Técnico Superior de Segurança nível V:

Definimos para todos os estabelecimentos os Trabalhadores Designados;
Elaborámos Diagnósticos de Situação que permitiu desenhar Planos de Acção para as Áreas de Segurança e Higiene e para a Medicina do Trabalho.

No perímetro Industrial de Gaia onde está implementado o Serviço Inter-Empresas, elaborámos o Plano de Emergência, com colocação dos suportes necessários – Plantas de Emergência.

Em relação a 2004, o efectivo teve a variação que se apresenta no quadro seguinte:

Estabelecimento	2004	2003	Variação
Vila Nova de Gaia	356	395	-39
Ovar	319	325	-6
Lisboa	225	226	-1
Total	900	946	-46

A idade do efectivo continua a ser uma das nossas preocupações, como se evidencia no quadro seguinte, constatando-se um ligeiro acréscimo na idade média:

Estabelecimento	2004	2003
Vila Nova de Gaia	42,59	42,10
Ovar	40,63	40,06
Lisboa	38,03	37,86
Total	40,74	40,39

O Serviço Jurídico acompanhou a gestão diária dos Recursos Humanos, analisando as diversas situações ocorridas e emitindo o respectivo parecer: foi solicitado a intervir em 8 processos disciplinares e desenvolveu ainda actividade em matérias relacionadas com as alterações verificadas na área da Segurança Social, Legislação Laboral, em especial no novo Código de Trabalho, acompanhando a Direcção nestas intervenções.

No que respeita à política salarial e atendendo às dificuldades a nível nacional e à recessão sentida pela empresa, verificou-se um aumento salarial de 3,1% em Março.

No que respeita à colaboração com a Fundação Salvador Caetano, há a destacar o seguinte:

Recebemos durante o ano de 2004 a quantia de 220.081,58 Euros para comparticipação em despesas médicas dos colaboradores.

Foram atribuídos os prémios “Salvador Caetano” e “Ana Caetano” a jovens licenciados nas condições previstas no regulamento.

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Bastante já foi dito sobre o desenrolar da actividade desenvolvida e a forma como a Empresa se soube adaptar às contingências macro-económicas que continuaram a condicionar a procura e o investimento por parte de todos os agentes a operarem nos mercados onde nos inserimos.

De facto, pese embora a estagnação económica (2004 não foi o ano de viragem que bastantes previam) e muito por efeito da atempadas reestruturações internas, mormente nas áreas fabris mas não só, a Empresa, também por força do lançamento no último quadrimestre do novo Corolla Diesel 1.4, pôde responder cabalmente aos desafios que lhe foram colocados, ultrapassando-os mais uma vez de forma calma e segura garantindo níveis de rentabilidade que lhe permitem continuar a encarar o futuro com o optimismo que só a competência fornece.

Foi assim possível elevar o volume de negócios para os 332,5 milhões de Euros correspondentes a um acréscimo efectivo de 4,2% face ao pretérito exercício.

(Milhares Euros)

Vendas	2004	2003 [*]	2004/2003
Mercado Interno	301.197	304.570	-1,1%
Mercado Externo	31.291	14.638	113,8%
Total	332.488	319.208	4,2%

De salientar a mais do que duplicação das vendas para os mercados externos com origem fundamentalmente na consolidação do projecto do modelo Dyna a ser montado na Div. Fabril de Ovar.

De facto este projecto foi responsável pela comercialização de 1.146 unidades correspondentes a cerca de 15,5 milhões de Euros de volume de negócios.

(meses)

Indicadores Funcionamento	2004	2003	2002
Prazo Médio de Cobrança	2,9	2,6	2,3
Rotação Médio das Existências	3,6	3,1	3,2
Prazo Médio de Pagamento	1,1	1,3	1,1

* O volume de negócios de 2003 encontra-se corrigido de 44,7 milhões de Euros correspondentes ao Imposto Automóvel que àquela data nele se encontrava incluído. Em cumprimento da Directriz Contabilística nº 22 alterou a Empresa em 2004 o critério de registo daquele imposto, ajustando em consequência as suas vendas.

Por sua vez os indicadores de funcionamento mantiveram-se praticamente estabilizados e em níveis considerados adequados, sendo que a ligeira subida de tempos médios de stock advém essencialmente de unidades semi-novas, cuja política de escoamento já se encontra desde há algum tempo definida e com integral regularização no final do exercício de 2005.

Em consequência do atrás exposto foi possível estabilizar os níveis do endividamento bancário ao mesmo tempo que o grau de autonomia financeira se elevou acima dos 41%.

(Milhares de Euros)

Origens de Fundos			Aplicação de Fundos		
Cash Flow	17.035	51%	Distribuição	2.343	7%
Clientes	4.380	13%	Emp.Obrigacionista	8.625	26%
Fornecedores	120	0%	Disponibilidades	4.012	12%
Banca	9.590	29%	Estado	2.807	8%
Outros	1.959	6%	Stocks	6.690	20%
			Investimento	6.957	21%
			IRC	1.650	5%
Total	33.084	100%	Total	33.084	100%

Por sua vez o Cash-Flow gerado ao ultrapassar os 17 milhões de Euros, permitiu à Empresa continuar a privilegiar o Investimento como Aplicação de Fundos primordial, nomeadamente no que às áreas fabris respeita, com processos de renovação e adequação da Unidade de Ovar às novas exigências que lhe têm vindo a ser colocadas pelo projecto Europeu da Dyna, e de modernização tecnológica na Unidade do Carregado com a consolidação do novo sistema de Pintura acrílico e sua robotização.

Derivado da aplicação das máximas taxas legalmente aceites, as amortizações do exercício elevaram-se a 8,3 milhões de Euros, sendo que prosseguindo uma política de total cobertura de riscos associados à nossa actividade se concluiu pelo reforço das provisões existentes em 1,4 milhões de Euros.

Tendo em atenção o atrás mencionado e após a estimativa de impostos sobre o rendimento aplicáveis, foi possível atingir um resultado líquido do exercício de 5,7 milhões de Euros, valor este bastante semelhante ao apurado no exercício transacto.

Numa perspectiva do que possa ser o exercício de 2005, podemos desde já garantir que a Empresa se encontra em condições de continuar o seu ciclo de crescimento, nomeadamente através do progresso da sua quota no mercado automóvel e mesmo tendo em conta que 2005 só apresentará novidades ao nível dos modelos a comercializar a partir do 2º semestre.

Por último cumpre-nos atestar a não existência de qualquer verba em mora de pagamento na conta do Estado e Outros Entes Públicos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados apurados no exercício, no valor de Euro 5.743.555,63:

- a) Para reforço da Reserva Legal
Eur: 287.200,00

- b) Para dividendos a atribuir ao capital, Eur. 0,06 por acção, o que atento o seu número 35.000.000 de acções, perfaz
Eur: 2.100.000,00

- c) Para atribuição aos Corpos Sociais, Dirigentes e colaboradores, a título de participação nos lucros relativos à quota parte aferida e congruente com o trabalho e dedicação por todos desempenhado
Eur: 735.200,00

- d) O remanescente para reforço de Reservas Livres
Eur: 2.621.155,63

ENCERRAMENTO

Entretanto, desde o final do ano de 2004 e até á presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem aqui mencionados.

Contudo, este relatório não ficaria concluído sem expressarmos o nosso reconhecimento ás pessoas ou entidades que, de algum modo, contribuíram para o desenvolvimento da actividade da Empresa ou para os resultados que foram alcançados, designadamente:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pelo estímulo que a sua preferência nos proporcionou através da confiança depositada nos nossos produtos;
- As Entidades Financeiras pelo modo como acompanharam a evolução da nossa actividade;
- A todos os Colaboradores, pela dedicação demonstrada na prossecução dos objectivos da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 14 Março 2005

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Kunio Komada
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SALVADOR FERNANDES CAETANO – Não tem movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2004, detinha 352.465 acções, com o valor nominal de um euro cada uma. Detém, conjuntamente com o cônjuge, Ana Pereira Martins Caetano, 70% do Capital Social da FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A., e 70% do Capital Social da CAETANO, SGPS, S.A., o que com esta Sociedade, directa ou indirectamente, detém 84,72% do Capital Social da COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A., o que lhe garante directa e indirectamente 21.352.755 acções, a que corresponde 61,01% do capital social e dos direitos de voto nesta empresa.

ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS: Não tem acções nem obrigações.

TETSUO AGATA - Não tem acções nem obrigações.

KUNIO KOMADA - Não tem acções nem obrigações.

DRª MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS - Não tem acções nem obrigações.

ENGº SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO - Não tem acções nem obrigações.

DRª ANA MARIA MARTINS CAETANO - Não tem acções nem obrigações.

HIROSHI KONO - Não tem acções nem obrigações.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, **Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** - cônjuge do **Engº José Reis da Silva Ramos** - Vice-Presidente do Conselho de Administração, **Engº Salvador Acácio Martins Caetano**, e **Drª Ana Maria Martins Caetano**, vogais do Conselho de Administração, da FOGECA - Gestão e Controle – SGPS, S.A., esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2004, detinha 21.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, e **Engº José Reis da Silva Ramos** - cônjuge da **Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos**, Administrador, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2004, detinha 61.945 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, **Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** - cônjuge do **Engº José Reis da Silva Ramos**, vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. esta Sociedade não tem movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2004, detinha 290 acções, com o valor de um euro cada.

FISCAL ÚNICO:

DELOITTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA. representado pelo Sr. Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves - Não tem acções nem obrigações.

**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA SALVADOR CAETANO -
- INDUSTRIAS METALURGICAS E VEÍCULOS DE TRANSPORTE, S.A.**

(NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO C.S.C.)

	Acções Detidas Em 31.12.03	Acções Adquiridas Em 2004	Acções Vendidas Em 2004	Acções Detidas Em 31.12.04
SALVADOR FERNANDES CAETANO (Presidente)	352.465	--	--	352.465
ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Vice-presidente)	--	--	--	--
TETSUO AGATA (Vogal)	--	--	--	--
KUNIO KOMADA (Vogal)	--	--	--	--
DRª MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS (Vogal)	--	--	--	--
ENGº SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO (Vogal)	--	--	--	--
DRª ANA MARIA MARTINS CAETANO (Vogal)	--	--	--	--
HIROSHI KONO (Administrador - Suplente)	--	--	--	--

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTAS
SALVADOR CAETANO - INDUSTRIAS METALURGICAS E VEICULOS DE TRANSPORTE, S.A.
(NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO C.S.C.)

PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A UM DÉCIMO DO CAPITAL

ACCIONISTAS	Acções Detidas Em 31.12.2003	Acções Adquiridas Em 2004	Acções Vendidas Em 2004	Acções Detidas Em 31.12.04
TOYOTA MOTOR CORPORATION	9.450.000	--	--	9.450.000

PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A METADE DO CAPITAL

ACCIONISTAS	Acções Detidas Em 31.12.2003	Acções Adquiridas Em 2004	Acções Vendidas Em 2004	Acções Detidas Em 31.12.04
FOGECA-Gestão e Controle - SGPS, SA	21.000.000	--	--	21.000.000

LISTA DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS SUPERIORES A 2% DO CAPITAL SOCIAL

ACCIONISTA	Acções	% dos direitos de voto
TOYOTA MOTOR CORPORATION	9.450.000	27,000
FOGECA-Gestão e Controle- SGPS, SA	21.000.000	61,010
AF Investimentos – Fundos Imobiliários, S.A. (em representação dos fundos mobiliários por si geridos)	731.057	2,088

Relatório sobre o Governo da Sociedade

No cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 07/2001, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003, este ponto pretende ser o resumo dos aspectos fundamentais da gestão da Sociedade no que respeita ao Conselho de Administração, tendo em conta a necessidade de transparência relativamente a esta matéria e a necessidade de informação por parte dos investidores e dos destinatários da informação.

Este capítulo encontra-se organizado segundo as instruções definidas pelo Anexo ao regulamento supracitado, sendo entendimento do Conselho de Administração de que foram cumpridas, na sua maioria, as disposições constantes das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedade Cotadas.

I. Divulgação de Informação

1. Órgãos e definições de competências

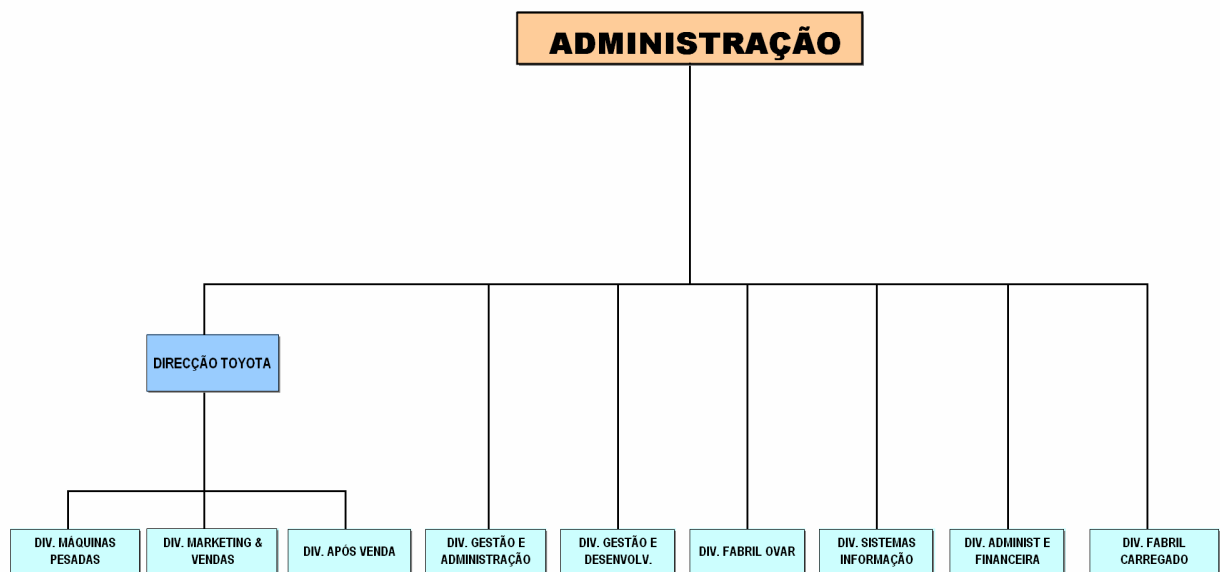
Órgãos Sociais

Os corpos sociais da Salvador Caetano – IMVT, SA. são:

- ❖ Assembleia Geral, composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.
- ❖ Conselho de Administração, composto actualmente por 7 membros, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores.
- ❖ Fiscal Único, a quem compete a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

Principais áreas de responsabilidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração funciona de forma colegial com funções de gestão e coordenação das diferentes actividades da Empresa e é constituído actualmente por um presidente, um vice-presidente e três vogais, exercendo funções executivas, bem como 2 vogais sem funções executivas. O organigrama funcional da Empresa é como segue:



3. Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade

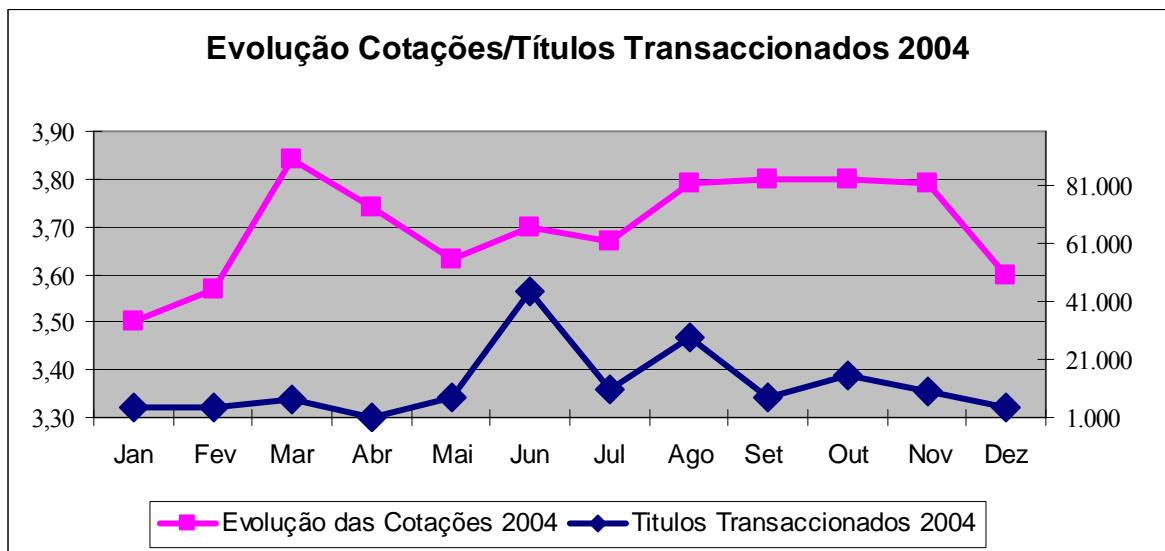
Na Salvador Caetano – IMVT, SA., o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções.

Nas restantes empresas participadas, são definidos sistemas de controlo específicos a cada uma das actividades cujo órgão máximo é o Conselho de Administração de cada uma das empresas.

4. Evolução da cotação das acções da Salvador Caetano – IMVT, SA.

Durante o exercício de 2004 foram transaccionadas 147.621 acções, correspondentes a um movimento bastante reduzido ao longo do exercício em apreço o qual, somente denotou algum acréscimo durante os meses de Junho e Agosto. No gráfico seguinte pode apreciar-se a evolução da cotação das acções da sociedade, sendo que as variações mensais verificadas se revelaram face à evolução global do mercado, pouco significativas.

Saliência, no entanto, para a subida verificada no mês de Março, onde o nosso título atingiu um pico de 3,84 Euros. Por outro lado, não são visíveis alterações de cotações por impacto directo de anúncio de resultados ou pagamento de dividendos.



5. Política de dividendos

A política de distribuição de dividendos da Empresa pode ser avaliada no quadro seguinte o qual regista a situação dos últimos cinco exercícios:

Rubricas	2004	2003	2002	2001	2000
Resultado Líquido (mEuros)	5.744	5.690	6.275	6.262	10.241
Dividendos (mEuros)	2.100	1.800	2.100	2.100	3.666
Dividendo p/Acção (Euro)	0,060	0,051	0,06	0,06	0,52

De uma forma sintética podemos afirmar que embora sempre condicionada pelos próprios resultados líquidos e pelas expectativas entretanto criadas para o(s) período(s) seguintes, a Empresa tem vindo a distribuir dividendos num intervalo percentual entre os 30% e 40% do resultado líquido tudo nos levando a crer que tal afectação se poderá manter nos próximos exercícios.

6. Planos de atribuição de acções e de opção de aquisição de acções

A Salvador Caetano – IMVT, SA. não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

7. Utilização de novas tecnologias na divulgação da informação

Através da sua página oficial na Internet (www.salvadorcaetano.pt), a Salvador Caetano – IMVT, SA. disponibiliza informação financeira relativamente à sua actividade individual e consolidada. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da empresa para os últimos exercícios.

No relacionamento institucional com as entidades reguladoras dos mercados, a Salvador Caetano – IMVT, SA. incentiva e privilegia sempre que possível o correio electrónico para prestar e receber informações.

8. Negócios realizados entre a Sociedade e membros dos órgãos sociais

Durante o exercício de 2004, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na actividade normal da sociedade.

9. Gabinete de Apoio ao Investidor

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efectuados pelas seguintes vias:

Representante para as relações com o mercado:

Maria Angelina Caetano Ramos
Telefone: 227867000
E-mail: angelina.ramos@salvadorcaetano.pt

10. Remunerações pagas aos auditores

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo, ascendem a 113.411 Euros, distribuídas da seguinte forma:

- Serviços de Auditoria e Certificação Legal das Contas	81%
- Serviços de apoio à implementação das Normas Internacionais de Contabilidade	19%

O Conselho de Administração na solicitação dos projectos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respectiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de Maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

II. Exercício de direitos de voto e representação de accionistas

Têm direito de estar presente na Assembleia Geral e aí discutir e votar os accionistas que sejam titulares legítimos de acções com direito a, pelo menos, um voto e que, até dez dias antes da realização da Assembleia, comprovem, junto da Sociedade a sua legitimidade, comprovação que terá de ser feita através do certificado emitido pelo depositário, do registo ou da posse dos títulos, sendo que a cada grupo de cem acções corresponde um voto. Porém, os accionistas que não possuam o referido número mínimo de cem acções podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cujo nome será indicado em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com as assinaturas de todos reconhecidas por notário e por aquela recebida até às dezassete horas da antevéspera do dia designado para a Assembleia Geral.

Os Senhores Accionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, três dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o acto;
- c) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia Geral e do ponto ou pontos da respectiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações;
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos;
- d) Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

III. Regras Societárias

Código de Conduta e Regulamentos Internos

Pelo facto da Salvador Caetano – IMVT, SA. ter a qualidade de Sociedade Aberta, existe por parte da Administração e seus colaboradores uma grande atenção no cumprimento dos deveres de confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da Salvador Caetano – IMVT, SA. em situações de conflito de interesse.

Em termos de controlo interno, as empresas operacionais do Grupo Salvador Caetano possuem órgãos de controlo de gestão que exercem a sua actividade a todos os níveis das empresas participadas, elaborando relatórios periódicos para cada Conselho de Administração, isto para além da actividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos, que nos termos da lei exercem funções nas diversas sociedades.

Tem esta sociedade conhecimento de um acordo parassocial instituído ao abrigo do contrato de distribuição com a Toyota Motor Corporation, o qual garante a esta última que a Fogeca-Gestão e Controlo SGPS (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar.

IV. Órgão de administração

1. Caracterização do Conselho de Administração

De acordo com os estatutos da Salvador Caetano – IMVT, SA., o Conselho de Administração é constituído por três, cinco, sete ou nove membros, accionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral por períodos de 3 anos.

O actual Conselho de Administração é constituído por 7 elementos, sendo os seus cargos distribuídos como segue:

- Salvador Fernandes Caetano – Presidente
- José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
- Tetsuo Agata – Vogal
- Kunio Komada - Vogal
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Vogal
- Salvador Acácio Martins Caetano - Vogal
- Ana Maria Martins Caetano - Vogal

Dos actuais membros do Conselho de Administração da Salvador Caetano – IMVT, SA., 5 desempenham funções executivas, cabendo aos não residentes funções não executivas. Os membros executivos do Conselho de Administração da Salvador Caetano – IMVT, SA. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles ou, fazem parte do Conselho de Administração da Fogeca – Gestão e Controlo, SGPS, SA., empresa detentora de cerca de 60% do capital social da Salvador Caetano – IMVT, SA., e que sobre ela exerce uma influência dominante, ou são relacionados pela definição dada na alínea e) do nº 2 do Artigo 1º do Regulamento CMVM nº 7/2001.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Salvador Fernandes Caetano Presidente do Conselho de Adm. S. C. IMVT, S.A.	CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FOGECAL – Gestão e Controlo, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FOGECAL MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO – Aluguer de Autom., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	COCIGA – Construções Cíveis de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LINCE – Cons. e Limpezas Técnicas Mecaniz, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	RIGOR – Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	POAL – Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	GILLCAR NORTE – Com. Ind. Maq. e Tintas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	I.P.E. – Industria produtora de espumas, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER II – REP.DE COLISÃO DE AUT., S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO VAGA – Comércio da Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CITYPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	INTERESTORIL – Participações, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	FS IBÉRICA, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	ANTÓNIO AUGUSTO DA SILVA, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AMORIM BRITO & SALDINHA, LDA.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
MAQTIN – Com. e Ind. de Maq. Fer. e Tintas, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Vice-Presidente do Cons. Adm. S.C. IMVT, S.A	SALV. CAETANO - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CHOICE CAR – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Presidente do Cons. Adm
	CHOICE CAR - SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CARPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FINLOG - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER II – REP.DE COLISÃO DE AUT., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CITYPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm
	I.P.E. – Indústria produtora de espumas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SPRAMO - Publicidade & Imagem, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	IMPÉRIO AUTOCENTER	Presidente do Cons. Adm.
	SLC – Automóveis (Lisboa), S.A	Presidente do Cons. Adm.
	FS IBÉRICA, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO AUGUSTO DA SILVA, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Vice-Presid. do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO – Aluguer de Autom., S.A	Vogal do Cons. Adm.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Vogal do Cons. Adm.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	ATLÂNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	PORTIANGA - Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A	Vogal do Cons. Adm
	FOGECA MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Adm. Suplente
	CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	GUÉRIN – RENT – A – CAR (DOIS), LDA.	Gerente
	FERNANDO SIMÃO, SRCA, LDA.	Gerente
	VIA RÁPIDA, LDA.	Gerente
AE MOTORES, LDA.	Gerente	
JORJAUTO (PORTO), LDA.	Gerente	
ONDIMETA, LDA.	Gerente	
CLUBAUTO, LDA.	Gerente	
CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	
FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	
FOGECA.COM, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	
RIGOR – Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G	
NOVEF – SGPS, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr^a Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do cons. Adm. S.C. IMVT, S.A.	ATLÁNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	NOVEF – SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A.	Vice-Presid. do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	LINCE – Cons. e Limpezas Técnicas Mecaniz, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	SPRAMO - Publicidade & Imagem, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	NOVEF RESTAURAÇÃO – Soc. Unipessoal, Lda.	Gerente
	Soc. Imob. Quinta da Fundega, S.A.	Presidente da Mesa A. G
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Presidente da Mesa A. G
	SALV. CAETANO – Aluguer de Autom., S.A	Presidente da Mesa A. G.
	CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	
FOGECA MULTIAUTO, SGPS	Presidente da Mesa A. G.	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Adm. S.C. IMVT, S.A.	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	LINCE – Cons. e Limpezas Técnicas Mecaniz, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR - SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	FINLOG - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SALV. CAETANO - Aluguer de Automóveis, S.A.	Vice-Presidente Mesa A. G.

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr^a Ana Maria Martins Caetano Vogal do cons. Adm. S.C. IMVT, S.A.	AUTO VAGA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	INTERESTORIL Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO - Comércio de Automóveis, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	INTERVAGA - Comércio de Veículos e Peças, Lda.	Gerente
	NOVAVAGA-Com. de Automóveis, Lda.	Gerente
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A. G.	

2. Comissão Executiva

Não existe qualquer Comissão Executiva com competências em matéria de gestão. As decisões de gestão são tomadas pelo Conselho de Administração, no desenrolar normal das suas funções, pelo que se considera ser a constituição de uma comissão deste tipo desnecessária ao bom funcionamento da sociedade e à protecção dos interesses dos investidores.

3. Controlo exercido pelo Conselho de Administração

Competem ao Conselho de Administração os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade e a realização de todas as operações relativas à execução do objecto social, nomeadamente:

- Adquirir, alienar e onerar quaisquer bens móveis, designadamente veículos automóveis e, observados os limites legais, imóveis;
- Adquirir participações sociais noutras sociedades;
- Alienar participações sociais noutras sociedades;
- Tomar e dar de locação quaisquer bens móveis e imóveis;
- Constituir mandatários ou procuradores para a prática de determinados actos ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele activa e passivamente, propor e fazer seguir acções judiciais, confessá-las e nelas desistir da instância ou do pedido e transigir, bem como, comprometer-se em árbitros.

Não existe limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da Salvador Caetano – IMVT, SA. fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas actividades.

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros. Durante o ano de 2004 o Conselho de Administração reuniu 7 vezes, estando as correspondentes actas registadas no livro de actas do Conselho de Administração.

4. Política de remunerações

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço”.

5. Remuneração dos membros do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Salvador Caetano – IMVT, SA. durante o exercício de 2004, no exercício das suas funções em empresas do grupo foram como segue:

Remunerações	Euros		
	Parte Fixa	Parte Variável	Total
Administradores Executivos	667.332	65.633	732.965
Administradores Não Executivos	0	0	0
Total	667.332	65.633	732.965

V. Declaração de cumprimento

A Salvador Caetano – IMVT, SA. cumpre com a maioria das recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades, à excepção das seguintes:

- Recomendação IV-6: O Conselho de Administração eleito em Assembleia Geral não inclui qualquer membro que nos termos do Regulamento 11/2003 possa ser considerado independente.
- Recomendação IV-7: Muito embora não existam comissões de controlo interno formais com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, o Conselho de Administração entende que tais funções podem ser garantidas pelo próprio Conselho de Administração ao nível individual da Sociedade e que as mesmas funções são exercidas pelos departamentos de controlo de gestão das suas subsidiárias.

Ao nível das competências na avaliação da estrutura e governo societário, tais funções são exercidas directamente pelo Conselho de Administração, que mantém um debate constante sobre esta problemática.

- Recomendação IV-8: A Salvador Caetano – IMVT, SA., divulga no presente capítulo informação relativa à remuneração fixa e variável dos seus administradores, entendendo que a divulgação da remuneração individual de cada administrador não traz informação relevante para os accionistas.

BALANÇO

(Euros)

ACTIVO	Notas	Activo Bruto	Amortizações Provisões	Activo Líquido 2004	Activo Líquido 2003
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	8	1.204.866	1.188.722	16.144	44.039
Despesas Investigação e Desenvolvimento	8	1.674.931	1.534.213	140.718	243.161
Trespases		983.568	983.568		
	10	<u>3.863.365</u>	<u>3.706.503</u>	<u>156.862</u>	<u>287.200</u>
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e Recursos Naturais		13.449.106		13.449.106	13.449.106
Edifícios e Outras Construções		61.893.551	38.725.237	23.168.314	25.444.502
Equipamento Básico		41.673.004	29.244.220	12.428.784	13.750.215
Equipamento de Transporte		12.144.150	6.790.243	5.353.907	6.465.553
Ferramentas e Utensílios		8.677.017	8.426.529	250.488	520.223
Equipamento Administrativo		9.197.792	8.658.591	539.201	645.271
Outras Imobilizações Corpóreas		2.946.191	2.184.601	761.590	874.957
Imobilizações em Curso		1.297.974		1.297.974	980.860
	10 e 13	<u>151.278.785</u>	<u>94.029.421</u>	<u>57.249.364</u>	<u>62.130.687</u>
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes Capital em Empresas do Grupo	16	19.973.195	204.508	19.768.687	19.768.688
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	48	5.977.425	1.496	5.975.929	5.975.929
Empréstimos a Empresas do Grupo	16	27.424.165	169.591	27.254.574	23.537.717
	10 e 34	<u>53.374.785</u>	<u>375.595</u>	<u>52.999.190</u>	<u>49.282.334</u>
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	41	10.967.508		10.967.508	6.816.731
Produtos e Trabalhos em Curso	42	7.557.222		7.557.222	7.759.020
Produtos Acabados e Intermédios	42	4.271.374		4.271.374	12.337.282
Mercadorias	41	63.754.231	2.045.141	61.709.090	51.877.055
	34	<u>86.550.335</u>	<u>2.045.141</u>	<u>84.505.194</u>	<u>78.790.088</u>
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO					
Cientes c/c	16	8.398.800		8.398.800	9.698.178
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
Cientes c/c	16	79.192.722		79.192.722	85.282.826
Cientes - Títulos a Receber		9.650		9.650	235.461
Cientes de Cobrança Duvidosa	23 e 34	5.196.529	3.047.942	2.148.587	578.498
Adiantamentos a Fornecedores		81.826		81.826	229.645
Estado e outros Entes Públicos					262.059
Outros Devedores		10.948		10.948	17.017
		<u>84.491.675</u>	<u>3.047.942</u>	<u>81.443.733</u>	<u>86.605.506</u>
DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		8.665.650		8.665.650	4.563.033
Caixa		162.611		162.611	253.194
		<u>8.828.261</u>		<u>8.828.261</u>	<u>4.816.227</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de Proventos		3.867		3.867	1.393.133
Custos Diferidos	51	2.408.350		2.408.350	1.778.971
		<u>2.412.217</u>		<u>2.412.217</u>	<u>3.172.104</u>
Total de Amortizações			<u>97.735.924</u>		
Total de Provisões			<u>5.468.678</u>		
TOTAL ACTIVO		399.198.223	103.204.602	295.993.621	294.782.324

BALANÇO

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	Capital Próprio e	
		Passivo 2004	Passivo 2003
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	36, 37 e 40	35.000.000	35.000.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	40	6.187.306	6.187.306
RESERVAS			
Reservas Legais	40	5.921.603	5.636.603
Outras Reservas	40	69.110.139	66.047.691
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40	5.743.556	5.690.447
		<u>Total do Capital Próprio</u>	<u>121.962.604</u>
			<u>118.562.047</u>
PASSIVO			
PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS			
Outras Provisões para Riscos e Encargos	34	<u>6.527.490</u>	<u>7.772.145</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO			
Empréstimos por Obrigações			
Não Convertíveis	50	7.500.000	11.250.000
Dívidas a Instituições de Crédito	50	10.000.000	16.250.000
		<u>17.500.000</u>	<u>27.500.000</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Empréstimos por Obrigações			
Não Convertíveis	50	3.750.000	8.625.000
Dívidas a Instituições de Crédito	50	95.408.550	79.567.979
Fornecedores c/c	16	28.797.941	28.825.457
Outros Accionistas		12.384	12.951
Adiantamentos de Clientes		112.181	119.206
Estado e outros Entes Públicos	49	9.886.253	12.955.019
Outros Credores		1.831	1.915
		<u>137.969.140</u>	<u>130.107.527</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de Custos	51	11.794.112	10.837.291
Proveitos Diferidos	51	240.275	3.314
		<u>12.034.387</u>	<u>10.840.605</u>
		<u>Total do Passivo</u>	<u>174.031.017</u>
			<u>176.220.277</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		295.993.621	294.782.324

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
 JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
 TETSUO AGATA
 KUNIO KOMADA
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 ANA MARIA MARTINS CAETANO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2004		2003	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS					
Mercadorias		200.426.260		193.593.807	
Matérias	41	<u>50.866.100</u>	251.292.360	<u>41.881.156</u>	235.474.963
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			43.306.565		45.180.367
CUSTOS COM O PESSOAL					
Remunerações		13.600.182		15.824.682	
Encargos Sociais					
Pensões	31	791.773		644.813	
Outros		<u>7.795.328</u>	22.187.283	<u>10.208.317</u>	26.677.812
AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPO	10	8.251.974		8.653.937	
PROVISÕES	34	<u>1.399.359</u>	9.651.333	<u>999.831</u>	9.653.767
IMPOSTOS		665.367		45.645.436	
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		<u>6.937.353</u>	7.602.720	<u>7.702.412</u>	53.347.848
	(A)		334.040.261		370.334.757
JUROS E CUSTOS SIMILARES					
Outros	45	4.678.095	4.678.095	6.158.743	6.158.743
	(C)		338.718.356		376.493.500
CUSTOS E PERDAS EXTRAORINÁRIAS	46		<u>606.581</u>		<u>307.780</u>
	(E)		339.324.937		376.801.280
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	6		1.650.221		1.107.531
	(G)		<u>340.975.158</u>		<u>377.908.811</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			<u>5.743.556</u>		<u>5.690.447</u>
			346.718.714		383.599.258
PROVEITOS E GANHOS					
VENDAS					
Mercadorias		246.984.709		284.360.115	
Produtos		<u>67.953.222</u>		<u>60.661.919</u>	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	44	<u>17.549.746</u>	332.487.677	<u>18.853.675</u>	363.875.709
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	42		(8.267.706)		(7.278.244)
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA				8.694	
PROVEITOS SUPLEMENTARES		19.142.080		18.447.379	
SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO		<u>1.621.445</u>	20.763.525	<u>2.240.812</u>	20.696.884
	(B)		344.983.496		377.294.349
RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		346.519		1.105.861	
RENDIMENTOS DE TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Outros		937		1.622	
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES					
Outros	45	255.585	603.041	633.687	1.741.170
	(D)		345.586.537		379.035.519
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	46		<u>1.132.177</u>		<u>4.563.739</u>
	(F)		346.718.714		383.599.258
RESUMO:					
Resultados Operacionais (B)-(A) =			10.943.235		6.959.592
Resultados Financeiros (D)-(C-A) =			(4.075.054)		(4.417.573)
Resultados Correntes (D)-(C) =			6.868.181		2.542.019
Resultados Antes de Impostos (F)-(E) =			7.393.777		6.797.978
Resultado Líquido do Exercício (F)-(G) =			<u>5.743.556</u>		<u>5.690.447</u>

O TÉCNICO DE CONTAS

ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
 JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
 TETSUO AGATA
 KUNIO KOMADA
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 ANA MARIA MARTINS CAETANO

ANEXO AO BALANÇO

E

À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A. (“Salvador Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, e que tem como actividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados; a importação e venda de equipamento industrial de movimentação de cargas e terras; a importação e venda de peças e acessórios para veículos bem como a correspondente assistência técnica. Adicionalmente, a Empresa exerce a actividade de tratamento de superfície que abrange a pintura industrial e a lacagem dos ramos civil e auto. As suas acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

A Salvador Caetano encabeça um Grupo cujas empresas, essencialmente dedicadas ao ramo automóvel, estão descritas na Nota 16, juntamente com outra informação financeira.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e aquelas que não estão incluídas neste anexo ou não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente anexo encontram-se expressos em Euros.

2. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 22, a partir de 1 de Janeiro de 2004 a Empresa deixa de considerar o Imposto Automóvel incidente sobre as vendas de viaturas na sua demonstração de resultados, nomeadamente nas rubricas “Vendas” e “Impostos”. Consequentemente, e nas áreas atrás referidas, a demonstração de resultados do exercício de 2004 não é comparável com a do exercício anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Salvador Caetano, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, constituídas por despesas de expansão, trespasses e despesas de investigação e desenvolvimento, estas últimas, constituídas principalmente por despesas com o desenvolvimento tecnológico e com estudos e concepção de protótipos, são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição podendo encontrar-se reavaliadas de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Taras e vasilhame	5 - 11

Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram aumentadas em Euros 401.644. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de imobilizações corpóreas ainda não amortizadas não serão igualmente aceites para efeitos de determinação da matéria colectável de IRC.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, foram registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do activo foi registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades foram registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do

capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo Salvador Caetano detidas a mais de 20%, conforme constam da Nota 16, encontram-se registados ao custo de aquisição, estando constituída uma provisão associada aos investimentos com risco.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa na demonstração de resultados do exercício em que os dividendos são recebidos (Nota 45).

e) Existências

As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

f) Provisões

Esta rubrica inclui ao nível de “Riscos e Encargos”, o remanescente da provisão constituída em exercícios anteriores nos termos do “ex - Código da Contribuição Industrial” e é mantida para fazer face a riscos marginais de cobranças duvidosas, depreciação de existências ou outros de natureza diversa. Para além desta encontra-se constituída uma Provisão para Outros Riscos e Encargos tendo por objectivo fazer face ao eventual risco de incobrabilidade constante de contas correntes em empresas participadas, bem como a cobertura de contingências fiscais em sede de IVA. Encontra-se também constituída uma provisão para depreciação de existências tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas.

g) Subsídios

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas são registados, na rubrica de Proveitos Diferidos, quando recebidos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos operacionais nos exercícios em que os subsídios são recebidos.

h) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” (Nota 51). Esta rubrica inclui, no passivo, basicamente os encargos com férias e subsídios de férias, vencidas e não pagas, bem como o Imposto Automóvel relativo a viaturas vendidas e ainda não matriculadas em 31 de Dezembro de 2004. Adicionalmente, esta rubrica inclui, no activo, os gastos plurianuais com conservação e reparação que são reconhecidos na demonstração de resultados durante um período de três a quatro anos.

i) Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registar como um custo operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho nos exercícios em que os mesmos são acordados.

j) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

k) Impostos diferidos

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28/01, a Empresa reconhece nas demonstrações financeiras nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” os activos e passivos, por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e de tributação (Notas 6 e 51).

6. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2001 a 2004 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 e 1996, estima-se que a recuperação destas liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros compensatórios, possa ocorrer brevemente.

Simultaneamente, relativo às fiscalizações efectuadas aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de Euros 1.769.511, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados no exercício de 2004, pode ser resumido como segue Débitos/(Créditos):

	Saldo em 31/12/2004	Mov. ocorridos em 2004	
	Imposto diferido activo (Nota 51)	Imposto diferido passivo (Nota 51)	Reflectido em resultados
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.540.763		(517.863)
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efectuadas		(298.805)	(56.435)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações		(915.883)	(114.771)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente		(393.675)	(40.576)
	-----	-----	-----
	<u>1.540.763</u>	<u>(1.608.363)</u>	<u>(729.645)</u>

Adicionalmente, a rubrica da demonstração de resultados “ Impostos sobre o rendimento do exercício” foi determinada como segue:

Imposto sobre o rendimento do exercício de 2004 (Nota 49)	2.379.866
Impostos diferidos do exercício de 2004	<u>-729.645</u>
	<u>1.650.221</u>

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SALVADOR CAETANO

O número médio de pessoal foi o seguinte:

Rubrica	2004	2003
Empregados	620	625
Pessoal afecto à Produção	305	470
	<u>925</u>	<u>1.095</u>

A diminuição significativa no número de pessoal ao serviço da Empresa deve-se fundamentalmente à transferência do pessoal da nossa delegação de Lisboa para a Empresa do Grupo Salvador Caetano – Comércio Automóveis, SA, pessoal esse que influenciou a média apurada em 2003.

8. DESpesas DE INSTALAÇÃO E INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe destas rubricas é como segue:

Despesas de instalação:

- Despesas de instalação e expansão comercial	1.204.866
- Amortizações acumuladas	- 1.188.722

Total

16.144
=====

Despesas de investigação e desenvolvimento:

- Estudos e protótipos de novo modelo do mini-autocarro Ótimo	336.875
- Estudo de novo modelo Dyna	1.197.756
- Estudo Ambiental	91.535
- Acompanhamento da candidatura ao SIME	7.400
- Participação em Certames internacionais	41.365
- Amortizações acumuladas	-1.534.213

Total

140.718
=====

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2004, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e nos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldos finais
<u>Imobilizações incorpóreas</u>					
Despesas de Instalação	1.195.916	8.950			1.204.866
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1.511.986	162.945			1.674.931
Trespases	983.568				983.568
	3.691.470	171.895		0	3.863.365
<u>Imobilizações corpóreas</u>					
Terrenos e Recursos Naturais	13.449.106				13.449.106
Edifícios e Outras Construções	61.764.203	249.516	120.168		61.893.551
Equipamento Básico	40.706.897	969.455	3.348		41.673.004
Equipamento de Transporte	13.280.685	4.085.231	5.221.766		12.144.150
Ferramentas e Utensílios	8.460.304	217.488	775		8.677.017
Equipamento Administrativo	9.048.371	260.389	90.029	-20.939	9.197.792
Outras Imobilizações Corpóreas	2.884.170	62.148	127		2.946.191
Imobilizações em Curso	980.860	317.114			1.297.974
	150.574.596	6.161.341	5.436.213	-20.939	151.278.785
<u>Investimentos financeiros</u>					
Partes de Capital em Empresas do Grupo	19.973.195				19.973.195
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	5.977.425				5.977.425
Empréstimos a Empresas do Grupo	23.707.308	8.216.857		-4.500.000	27.424.165
	49.657.928	8.216.857		-4.500.000	53.374.785

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldos finais
<u>Imobilizações incorpóreas</u>					
Despesas de Instalação	1.151.877	36.845			1.188.722
Despesas de Investig. e Desenvolvimento	1.268.825	265.388			1.534.213
Trespases	983.568				983.568
	3.404.270	302.233			3.706.503
<u>Imobilizações corpóreas</u>					
Edifícios e Outras Construções	36.319.701	2.441.518	35.982		38.725.237
Equipamento Básico	26.956.682	2.290.822	3.284		29.244.220
Equipamento de Transporte	6.815.132	2.194.449	2.219.338		6.790.243
Ferramentas e Utensílios	7.940.081	486.964	516		8.426.529
Equipamento Administrativo	8.403.100	360.472	84.042	-20.939	8.658.591
Outras Imobilizações Corpóreas	2.009.213	175.515	127		2.184.601
	88.443.909	7.949.740	2.343.289	-20.939	94.029.421
<u>Investimentos financeiros</u>					
Partes de Capital em Empresas do Grupo	204.508				204.508
Títulos e outras Aplicações Financeiras	1.496				1.496
Empréstimos a Empresas do Grupo	169.591				169.591
	375.595				375.595

O aumento verificado na rubrica “Empréstimos a Empresas do Grupo” deve-se a:

- Saltano – Inv e Gestão, SA.	6.000.000
- Salvador Caetano (UK) Ltd	2.216.857

	8.216.857
	=====

Saliente-se que durante o exercício de 2004 a Saltano – Inv. e Gestão, SA efectuou pagamentos de Euros 4.500.000.

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações derivado das reavaliações legais efectuadas não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), tendo a Empresa calculado e registado os respectivos passivos por impostos diferidos (Nota 6).

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos das amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 2004 é o seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Saldos reavaliados
<u>Imobilizações Corpóreas</u>			
Terrenos e Recursos Naturais	7.844.545	5.604.561	13.449.106
Edifícios e Outras Construções	20.488.718	2.679.596	23.168.314
Equipamento Básico	12.391.973	36.811	12.428.784
Equipamento de Transporte	5.353.907		5.353.907
Ferramentas e Utensílios	250.488		250.488
Equipamento Administrativo	539.201		539.201
Outras Imobilizações Corpóreas	761.590		761.590
Imobilizações em Curso	1.297.974		1.297.974
	48.928.396	8.320.968	57.249.364

14. LOCALIZAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor global das imobilizações corpóreas e em curso afecta a cada uma das actividades da Empresa é como segue:

Rubricas	Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total
Sede e Unidade Fabril de Gaia	57.021.611	903.473	57.925.084
Unidade Fabril de Ovar	34.979.402		34.979.402
Delegação de Lisboa/U.F.Carregado	57.979.798	394.501	58.374.299
	149.980.811	1.297.974	151.278.785

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

A relação das empresas do Grupo e Associadas com indicação da sede, fracção do capital detido, capitais próprios e resultado líquido em 31 de Dezembro de 2004 é como segue:

EMPRESAS DO GRUPO	FRACÇÃO EFECTIVA CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS LÍQUIDOS	VALOR DE BALANÇO
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA. Av. Vasco da Gama - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	99,98%	21.645.814	-491.686	4.488.183
Salvador Caetano - Comércio de Automóveis, SA. Av. Vasco da Gama - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	92,52%	48.163.858	4.721.656	9.868.048
Salvador Caetano España, SA. Ctra. de Andalucía (N-IV), Km 31,800 Ciempozuelos - España	99,23%	916.922	29.206	0
Salvador Caetano (UK), Ltd. Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire United Kingdom	99,00%	GBP -706.778	GBP -707.988	4.223.981
Steia - Soc. Técn Equipam. Industriais e Acessórios, SARL Bissau Guiné-Bissau	99,99%	-	-	204.507
Salvador Caetano Moçambique, SARL Av. Silva Cunha - Parcela 149 - Matola - Maputo Moçambique	63,33%	mMZM -15.790.077	mMZM -1.100.541	724.983
Salvador Caetano Coachbuilders Ltd. Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire United Kingdom	99,00%	GBP -9.285.589	GBP -1.509.637	0
Reliant Coaches Ltd. Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire United Kingdom	99,00%	GBP 39.734	GBP -228.731	0
Cabo Verde Motors Terra Branca - Praia Cabo Verde	99,99%	mCVE 173.385	mCVE 14.264	463.493
Forcabo, Lda. Praia Cabo Verde	99,89%	mCVE 48.705	mCVE 16.085	0
Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A. Av. Vasco da Gama, 1410 Vila Nova de Gaia	73,98%	5.605.988	25.803	0
IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA. Estrada Circunvalação, 2489 Porto	99,98%	-318.262	-667.916	0
Portianga - Comércio Internacional e Participações, SA. Rua Campo Alegre, 1307 - Cave Porto	99,98%	7.659.066	130.974	0
Robert Hudson, Ltd. Rua Major Kanyangulu, 72 - Luanda Angola	99,98%	USD 6.218.621	USD 320.789	0
Salvador Caetano - Aluguer Automóveis, SA. Rua José Mariani, 164 - Santa Marinha Vila Nova de Gaia	99,98%	1.051.131	379.802	0

EMPRESAS ASSOCIADAS	FRACÇÃO EFECTIVA CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS LÍQUIDOS	VALOR DE BALANÇO
Contrac, GmbH Max-Planck-Ring, 43 - Wiesbaden Alemanha	33,33%	3.905.198	776.206	0
Auto Partner SGPS, SA Av. Vasco da Gama - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,26%	4.973.851	-828	0
Auto Partner - Com.Auto, SA Av. Vasco da Gama - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,26%	748.335	-94.062	0
Auto Partner II, SA Av. Vasco da Gama - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,26%	165.410	-2.090	0

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo e Associadas acima referidas, e que em 31 de Dezembro de 2004 se encontram reflectidas nas rubricas do balanço “Clientes, c/c”, “Fornecedores, c/c” e “Empréstimos a empresas do Grupo” podem ser resumidos como segue:

- Contas a receber	
. Curto Prazo	40.764.864
. Médio e Longo Prazo	8.398.800
- Contas a pagar	1.965.754
- Empréstimos concedidos	
. Saltano, SA.	22.362.378
. SC (UK), Ltd.	4.892.196
. Steia, SA.	169.591

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

As dívidas de cobrança duvidosa encontram-se incluídas na rubrica própria e pelo valor de Euros 5.196.529.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Fundo de Pensões

A Salvador Caetano constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Salvador Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, a Salvador Caetano efectuou no exercício de 2004 uma contribuição para o mesmo de, aproximadamente, 792 milhares de Euros, a qual foi registada na demonstração de resultados do exercício de 2004 na rubrica “Custos com o Pessoal”, tendo contribuído para que a situação patrimonial da parte do Fundo que lhe está afecta ascendesse, em 31 de Dezembro de 2004, a aproximadamente 17,5 milhões de Euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente respeitante à Empresa ascendeu em 31 de Dezembro de 2004 a, aproximadamente, 17 milhões de Euros.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 77/73 e SuisseRe, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, crescimento de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Outros Compromissos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa tinha assumido outros compromissos financeiros como segue:

Responsabilidades	Valor
Por Fianças Prestadas	14.972.492
	14.972.492

32. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2004 a Empresa tinha solicitado a emissão responsabilizando-se por garantias bancárias destinadas à cobertura de linhas de crédito a utilizar por algumas das empresas interligadas a saber:

Entidade Beneficiária da Garantia	Empresa Interligada	Valor
Lloyd's Bank PLC	Salvador Caetano (UK), Ltd. Salvador Caetano Coachbuilders Ltd. Reliant Coaches Ltd.	£ 2.000.000
Deutsche Bank AG	Contrac, GmbH	€ 2.500.000

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2004, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Tranferências	Utilizações	Saldos finais
Provisão para investimentos financeiros	375.595				375.595
Provisão para cobrança duvidosa	1.389.646		1.668.776	10.480	3.047.942
Provisão para outros riscos e encargos	7.772.145	424.121	-1.668.776		6.527.490
Provisão para depreciação existencias	1.069.903	975.238			2.045.141
	10.607.289	1.399.359	0	10.480	11.996.168

36. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital da Empresa é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

- Fogeca – Gestão e Controle (S.G.P.S.), S.A.	60%
- Toyota Motor Corporation	27%

40. VARIAÇÃO NAS CONTAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

Rubricas	Saldos Iniciais	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldos Finais
Capital	35.000.000				35.000.000
Reservas de Reavaliação	6.187.306				6.187.306
Reserva Legal	5.636.603			285.000	5.921.603
Reservas livres	66.047.692			3.062.447	69.110.139
Resultado líquido do exercício	5.690.447	5.743.556	-2.343.000	-3.347.447	5.743.556

A diminuição ocorrida nos capitais próprios durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ficou a dever-se à deliberação da Assembleia Geral de Accionistas, de 30 de Abril de 2004, de distribuir dividendos no montante de Euros 1.800.000 e de distribuir gratificações aos órgãos sociais e colaboradores da Empresa no montante de Euros 543.000.

Os movimentos de transferências resultam da aplicação do resultado do ano 2003 já anteriormente mencionado.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A reserva de reavaliação resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2004 é como segue:

Rubricas	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	52.946.959	6.816.731	59.763.690
Compras	211.233.532	55.016.877	266.250.409
Existências finais	63.754.231	10.967.508	74.721.739
	200.426.260	50.866.100	251.292.360

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2004 é como segue:

Rubricas	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Existências finais	4.271.374	7.557.222	11.828.596
Existências iniciais	-12.337.282	-7.759.020	-20.096.302
	-8.065.908	-201.798	-8.267.706

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram como segue:

Órgãos Sociais	Valor
Conselho de Administração	408.438
Fiscal Único	36.450
Assembleia Geral	1.300
	446.188

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2004 foi como segue:

Rubricas	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Viaturas Ligeiras	226.681.868	20.189.667	246.871.535
Veículos Pesados	8.835.620	9.653.826	18.489.446
Máquinas Industriais	12.102.197	141.605	12.243.802
Peças e Acessórios	36.134.397	1.198.751	37.333.148
Outros	17.442.595	107.151	17.549.746
	301.196.677	31.291.000	332.487.677

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	2004	2003
Juros Suportados	4.025.479	5.292.875
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	169.207	63.014
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	85.777	125.483
Outros Custos e Perdas Financeiros	397.632	677.371
Resultados Financeiros	-4.075.054	-4.417.573
	603.041	1.741.170

Proveitos e Ganhos	2004	2003
Juros Obtidos	87.327	217.473
Rendimentos de Participações	346.519	1.105.861
Diferenças de Câmbio Favoráveis	147.637	51.823
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	16.435	26.866
Ganhos Alienação Aplicação Tesouraria		85.050
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	5.123	254.097
	603.041	1.741.170

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	2004	2003
Donativos	11.334	12.507
Dividas Incobráveis		
Perdas em existencias	100.450	46.947
Perdas em imobilizações	75.491	4.657
Multas e penalidades	419.241	243.669
Correcção relativa exercícios anteriores		
Outros custos e perdas extraordinários	65	
Resultados Extraordinários	525.596	4.255.959
	1.132.177	4.563.739

Proveitos e Ganhos	2004	2003
Restituição de Impostos		
Recuperação de Dívidas	51	
Ganhos em Existências	243.303	182.727
Ganhos em Imobilizações (Nota 10)	860.360	4.354.342
Benefícios de Penalidades Contratuais	210	4.460
Reduções nas Amortizações e Provisões		
Correcção relativa Exercícios Anteriores		
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	28.253	22.210
	1.132.177	4.563.739

48. TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras minoritárias em empresas com capital cotado em Bolsa, encontram-se registadas ao custo de aquisição e as mais-valias potenciais, não reflectidas no balanço, ascendem, em 31 de Dezembro de 2004, a aproximadamente de 3.145 milhares de Euros.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2004, não inclui dívidas em situação de mora, sendo as suas principais componentes, as seguintes:

Rubricas	Valor
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado do exercício)	2.379.866
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (pagamentos por conta)	-1.272.929
Direitos Aduaneiros	1.043.125
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	3.796.916
Imposto Automóvel	3.276.714
Outras Contribuições e Impostos	662.561
	9.886.253

50. EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES E DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 11 de Junho de 2002, a Salvador Caetano contraiu um empréstimo obrigacionista no montante de Euros 15.000.000, por um prazo de cinco anos, com um valor nominal de Euros 10 por obrigação, à taxa indexada Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente, tendo-se vencido o primeiro cupão em 11 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado através de 4 prestações iguais nas datas de pagamento dos 4º, 6º, 8º e 10º cupão, podendo ser efectuado o reembolso total ou parcial antecipado do seguinte modo:

- “Call Option” – a partir da segunda data de pagamento de juros (Jun’2003).
- “Put Option” – a partir da sexta data de pagamento de juros (Jun’2005).

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos empréstimos por obrigações e das dívidas a instituições de crédito era como segue:

	<u>Médio e Longo</u> <u>Prazo</u>	<u>Curto prazo</u>
<u>Empréstimos por obrigações:</u>		
Salvador Caetano '02	7.500.000	3.750.000
	=====	=====
<u>Dívidas a instituições de crédito:</u>		
Papel Comercial	-	25.000.000
Financiamentos correntes	-	64.158.550
Financiamento a Médio e Longo Prazo	10.000.000	6.250.000
	-----	-----
	10.000.000	95.408.550
	=====	=====

O financiamento a médio e a longo prazo tem o seguinte escalonamento para reembolso:

Anos	Empréstimo por Obrigações	Financiamento MLP
2006	3.750.000	6.250.000
2007	3.750.000	3.750.000
	7.500.000	10.000.000

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe destas rubricas era como segue:

Custos diferidos:

Activos por impostos diferidos (Nota 6)	1.540.763
Juros	343.826
Licenças informáticas	174.098
Seguros	141.068
Conservação plurianual	70.408
Outros	138.187

Total	<u><u>2.408.350</u></u>

Acréscimos de custos:

Encargos com férias e subsídios de férias	2.647.176
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	2.346.918
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	1.608.363
N/ participações em campanhas de Promoção de Vendas	1.604.170
Juros a liquidar	521.222
Seguros a liquidar	245.361
Outros	2.820.902

Total	<u><u>11.794.112</u></u>

Proveitos diferidos:

Juros debitados a clientes	154.640
Outros	85.635

Total	<u><u>240.275</u></u>

52. VEICULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), encontra-se esta Empresa em fase de contratualizar com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

53. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Impacto nas Demonstrações Financeiras da Aplicação da Directriz Contabilística N°9

“Contabilização nas contas individuais da detentora de partes de capital em filiais e associadas”

Rubricas	Valor Divulgado	Aplicação Método Equivalência Patrimonial
BALANÇO		
Activo		
Investimentos Financeiros	53.374.785	50.743.361
Capital Próprio		
Ajustamento Partes Capital em Filiais e Associadas		(2.285.266)
Resultado Líquido	5.743.556	5.397.398
DEMONSTRAÇÕES RESULTADOS POR NATUREZAS		
Perdas em Empresas do Grupo e Associadas		346.158

54. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Dando cumprimento ao disposto no Art. 58º do CIRC e à Portaria nº 1146-C/2001 de 21 Dezembro, a Empresa elaborou e tem disponível adequado dossier fiscal relativo a preços de transferência.

Demonstração dos Resultados por Funções

(Euros)

		Exercícios	
		2004	2003
1	Vendas e prestações de serviços	332.487.677	363.875.709
2	Custo das vendas e prestações de serviços	283.553.021	306.739.460
3	Resultados Brutos	48.934.656	57.136.249
4	Outros proveitos operacionais	384.122	4.525.790
5	Custos de distribuição	28.514.826	40.836.626
6	Custos administrativos	9.335.121	9.609.862
	Resultados Operacionais	11.468.831	11.215.551
7	Rendimentos de participações de capital:		
	Relativos a empresas interligadas		752.466
	Relativos a outras empresas	346.519	353.395
8	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
	Relativos a empresas interligadas		
	Outros	937	1.622
9	Outros juros e proveitos similares:		
	Relativos a empresas interligadas		
	Outros	255.585	633.687
10	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		
11	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas interligadas		
	Outros	4.678.095	6.158.743
	Resultados Correntes	7.393.777	6.797.978
14	Proveitos e ganhos extraordinários		
15	Custos e perdas extraordinários		
	Resultados Antes de Impostos	7.393.777	6.797.978
	Imposto sobre o rendimento do exercício	1.650.221	1.107.531
19	Resultado Líquido do Exercício	5.743.556	5.690.447
	Resultado Líquido por Ação	0,16	0,16

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2004	2003	
Recebimentos de Clientes	433.359.850	405.179.480	
Pagamentos a Fornecedores	-367.349.034	-331.231.705	
Pagamentos ao Pessoal	-15.330.961	-20.274.947	
Fluxo gerado pelas Operações	50.679.855	53.672.828	
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-982.618	-2.402.888	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	-35.658.547	-27.180.873	
Fluxo gerados antes das Rubricas Extraordinárias	14.038.690	24.089.067	
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	245.379	164.671	
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	-475.956	-301.925	-137.254
Fluxo das Actividades Operacionais	13.808.113	23.951.813	

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações Financeiras	4.500.000		
Imobilizações Corpóreas	4.295.967	6.202.732	
Juros e Proveitos Similares	939	86.674	
Dividendos	346.519	1.105.861	7.395.267
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros	-8.216.857	-4.126.152	
Imobilizações Corpóreas	-5.827.234	-10.294.621	
Imobilizações Incorpóreas	-138.357	-228.449	-14.649.222
Fluxo das Actividades de Investimento	-5.039.023	-7.253.955	

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos Obtidos	965.571	965.571	
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos Obtidos		-6.222.994	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	0	-371.672	
Juros e Custos Similares	-3.922.060	-5.943.019	
Dividendos	-1.800.567	-2.100.152	-14.637.837
Fluxo das Actividades de Financiamento	-4.757.056	-14.637.837	

CAIXA E EQUIVALENTES

Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	4.816.227	2.756.206
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	8.828.261	4.816.227
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	4.012.034	2.060.021

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

(Euros)

RUBRICAS	2004	2003
Numerário	104.750	99.751
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	8.665.650	4.563.033
Equivalentes a Caixa	57.861	153.443
Caixa e Seus Equivalentes	8.828.261	4.816.227
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	8.828.261	4.816.227

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas e Conselho de Administração da
Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2004 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que inclui no seu parágrafo 5 uma reserva.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 14 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Salvador Caetano - Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 295.993.621 Euros e capitais próprios de 121.962.604 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.743.556 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado nas Notas 3.d) e 16 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas e empréstimos concedidos e contas a receber das mesmas encontram-se registados ao custo de aquisição e valor nominal, respectivamente, não tendo a Empresa efectuado avaliações para determinar o seu valor de mercado ou de recuperação e, conseqüentemente, quantificado eventuais ajustamentos aos valores apresentados em 31 de Dezembro de 2004. Embora não tivéssemos podido, assim, quantificar qualquer ajustamento àqueles valores, entendemos que face à situação financeira e aos resultados apresentados pelas filiais sediadas no Reino Unido e em Moçambique (cujos valores de investimento financeiro, empréstimos concedidos e contas a receber ascendem a um total de 13.946.000 Euros e 1.849.000 Euros para aquelas filiais, respectivamente), é provável a sua existência. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa do conjunto formado pela Empresa, suas filiais e associadas, para aprovação e publicação em separado.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 5 acima, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 14 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves